SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO

Ana Paula Ávila 15
Almiro do Couto e Silva – Carta do Professor Almiro do Couto e Silva por ocasião da posse de Humberto Ávila como Professor Titular de Direito Tributário da USP 23
Daniel Mitidiero e Pedro Adamy – Apresentação 25

II. PARTE PROPEDÊUTICA

A) Interpretação e Argumentação

1. Elementos Externos às Normas como Óbice para sua Aplicação: entre o Argumento Consequencialista e a Teoria das Razões Excludentes 27
– André Silva Gomes

2. Teoria da Argumentação em Humberto Ávila: uma Análise Crítica 46
– Arthur M. Ferreira Neto

3. Sobre o Consequencialismo 91
– Cesar Santolim

4. Practical Wisdom in Legal Decision-Making 95
– Claudio Michelon

5. Modelos de Aplicação do Direito: Definição, Conteúdo e Controle 114
– Fernando Mariath Rechia

6. O Paradoxo de Humberto Ávila: o Elogio da Interpretação e a Interpretação Cética, Moderada e Responsável 135
– Hermes Zaneti Jr.

7. O que Significa Interpretar? Do Cognitivismo ao Ceticismo (ou Cognitivismo) Moderado 161
– Luciana Robles de Almeida

8. Tipos e Conceitos. A Incompatibilidade do Modo de Pensar por "Tipos" as Regras de Competência Tributária Constitucionais (Federalismo, Separação de Poderes, Segurança Jurídica e Direitos e Garantias Fundamentais) 176
– Misabel Abreu Machado Derzi

9. A Generalidade do Direito 201
– Pedro S. D. M. Aleixo

10. Interpretação e Precedentes: a Vinculatividade das Decisões Judiciais no Processo Administrativo Fiscal 219
– Rafael de Souza Medeiros

11. Qué Es la Filosofía Analítica del Derecho Positivo 236
– Riccardo Guastini

12. "Como se Interpreta" e "como se Deve Interpretar": as Teorias e as Doutrinas de Argumentação e uma Apologia ao Estado de Direito 245
– Ronaldo Kochem

13. Há Espaço para o Pensamento Tipológico no Direito Brasileiro? Notas sobre o Diálogo entre Humberto Ávila e Misabel Abreu Machado Derzi 269
– Thomas Bustamante

14. Respeite as Regras! 280
– Vitor de Paula Ramos

B) Teoria dos Princípios

15. O Realismo Jurídico e a "Teoria dos Princípios" de Humberto Ávila 293
– Cláudio Ari Mello
16. Os Princípios – Espécie do Gênero Regras Jurídicas – A Proporcionalidade e a Razoabilidade 318
– Eros Roberto Grau
17. Irracional ou Hiper-Racional? A Ponderação de Princípios entre o Ceticismo e o Otimismo Ingênuo 324
– Fernando Leal
18. De Princípios, Regras, Ficções e Presunções (e de algumas Desastrosas Confusões) 353
– Judith Martins-Costa
19. A Razoabilidade como Instrumento para a Superabilidade das Normas Jurídicas nos Casos Concretos Atípicos 367
– Luana Bernardino Noronha
20. Aspectos Psicológicos das Decisões Baseadas em Princípios: Investigando os Conceitos de Dignidade e Felicidade 390
– Noel Struchiner
21. La Teoria dei Principi Giuridici di Humberto Ávila 398
– Pierluigi Chiassoni

C) Segurança Jurídica

22. Segurança Jurídica como Continuidade Jurídica e o Art. 23 da LINDB 426
– Antonio do Passo Cabral
23. A Segurança Jurídica pelo Precedente – Da "Teoria dos Princípios" aos "Precedentes" ... 451
– Daniel Mitidiero
24. Humberto Ávila: para Além de uma Jurídica Segurança 455
– Ives Gandra da Silva Martins
25. Proyecto sobre Indicadores de Seguridad Jurídica en Iberoamérica 471
– Jordi Ferrer Beltrán e Carolina Fernández Blanco
26. Segurança Jurídica e Direito Social: uma Análise à Luz da Ciência da Legislação Social 509
– Leandro do Amaral D. de Dorneles e Breno Hermes Gonçalves Vargas
27. A Advocacia Pública como Instrumento de Concretização da Segurança Jurídica 532
– Luciana Mabilia Martins
28. Teoria das Normas e Segurança Jurídica: a Obra de Humberto Ávila e a Construção do Estado de Direito 544
– Luis Clóvis Machado da Rocha Júnior
29. Segurança Jurídica pela Norma da Insegurança Jurídica? Consequencialismo Inconsequente – Considerações acerca do Art. 20 da Lei 13.655/2018 568
– Marco Antonio Karam
30. Novas Tecnologias – Direito Fundamental de Liberdade e o Princípio da Confiança (Dinâmica) em Decisões Judiciais 586
– Maurício Luís Maioli
31. O Direito e o Tempo. Da Evolução das Espécies para a Evolução da Espécie Humana – O Surgimento do Direito 605
– Sacha Calmon Navarro Coêlho

III. PARTE DOGMÁTICA

A) Direito Tributário

32. Seletividade Tributária: Técnica de Graduação ou Restrição à Tributação 631
– André Folloni

33. Interpretação Econômica no Direito Tributário: Desenvolvimento Doutrinário e Recepção pelo STF 642
– Andrei Pitten Velloso
34. Dedução Integral de Contribuições Extraordinárias à Previdência Complementar da Base de Cálculo do IRPF 657
– Bruno Capelli Fulginiti
35. IDPJ: Por que Aplicá-lo aos Casos de Redirecionamento da Execução Fiscal Baseado no Art. 135, III, do CTN? 675
– Cassiano Menke e Louise Lerina
36. Análise do "Leading Case" do SFF sobre a Quebra do Sigilo Bancário à Luz da Teoria da Argumentação Jurídica 706
– Éderson Garin Porto
37. Ordem Constitucional de Valores – Entre Complexidade, Compreensão e Realização no Direito Tributário 725
– Gustavo Fossati
38. A Inconstitucionalidade da Averbação Pré-Executória Introduzida pelo Art. 25 da Lei 13.606/2018. Violação ao Direito de Propriedade e aos Postulados da Razoabilidade e da Proporcionalidade 742
– Gustavo Masina
39. O Direito Financeiro e os seus Freios no Combate à Corrupção: Importância da Legitimidade e da Economicidade para esse Fim 752
– Harrison Ferreira Leite
40. A Isonomia no Direito Tributário 777
– Hugo de Brito Machado
41. A Definição de Tributo e o Problema do Critério 786
– Ígor Danilevicz e Thiago Danilevicz
42. Planejamento Tributário e Segurança Jurídica: as Regras de Subcapitalização como Estudo de Caso para Normas Específicas Antiabuso 814
– Luís Eduardo Schoueri e Mateus Calicchio Barbosa
43. Competências Tributárias no Século XXI: Novas Materialidades, Velhos Problemas 833
– Luiz Eduardo Abarno da Costa
44. O Formalismo no Direito Tributário como Imposição Constitucional 857
– Martha Leão
45. Der Einfluss von Staatsverständnis und Staatsverfassung auf die Struktur des Steuerrechts 873
– Paul Kirchhof
46. Limitações "Materiais" ao Poder de Tributar – Ou: Humberto Ávila e a Ressignificação dos Limites Constitucionais ao Poder Tributário Estatal 882
– Pedro Adamy
47. O Paradoxo de Atos e Negócios Jurídicos Válidos, mas Inoponíveis ao Fisco 890
– Ricardo Mariz de Oliveira
48. ICMS-ST – Critérios Jurídicos para a Fixação de sua Base de Cálculo – Grupo Econômico que Fabrica Bebidas Frias – A Inconstitucionalidade do Chamado "Gatilho" 907
– Roque Antonio Carrazza

B) Direito Constitucional

49. Devido Processo Legal: algumas Observações à Luz da Jurisprudência do STF 940
– Alexandre Mariotti
50. Revisitando a Inconstitucionalidade da Norma: em Busca por uma Adequada Compreensão do Fenômeno da Manutenção de efeitos Jurídicos diante da Inconstitucionalidade da Norma 954
– Henry Lummertz
51. Notas sobre os Princípios Orientadores da Interpretação Constitucional 973
– Ingo Wolfgang Sarlet

52. Princípio do Estado Constitucional Democrático de Direito 990
– Luiz Felipe Silveira Difini
53. Controle Constitucional de Efeitos Concretos (Fins) de Normas Jurídicas. Breve Esboço de um Modelo 1010
– Raquel Lima Scalcon
54. A Função Retificadora da Igualdade como Solução para a Problemática Proposta no Livro "O Caso dos Exploradores de Cavernas" de Lon L. Fuller 1036
– Roberto Medaglia Marroni Neto

C) Direito Processual Civil

55. A "Taxatividade Mitigada" do Art. 1.015 do CPC: Notas sobre a "Ratio Decidendi" Fixada no STJ na Perspectiva da Teoria das Normas 1056
– Artur Thompsen Carpes
56. Direito Processual nos Contornos do Direito Público-Privado 1066
– Eduardo Scarparo
57. A Coisa Julgada diante da Decisão de Inconstitucionalidade do STF 1084
– Luiz Guilherme Marinoni
58. Duas Lições da Teoria do Direito para o Processo Civil Brasileiro 1106
– Maria Angélica Feijó
59. Interpretando Precedentes: uma Ponte entre a Teoria do Direito e o Processo Civil brasileiro 1121
– Otávio Augusto Dal Molin Domit
60. Teoria da Decisão Jurídica e Prova: Justificação da Admissibilidade e Valoração Probatória 1151
– Otávio Motta
61. Opções do CPC/2015 em Matéria de Teorias da Interpretação: Contraditório, Motivação e Ação Rescisória 1169
– Rafael Sirangelo de Abreu
62. Precedentes e Casos Repetitivos. Por que Não se Pode Confundir Precedentes com as Técnicas do CPC para Solução da Litigância de Massa? 1190
– Sérgio Cruz Arenhart e Paula Pessoa Pereira
63. O Princípio da Menor Onerosidade da Execução no CPC/2015 1218
– Sérgio Mattos